



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.



AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE

Adre de Lima Santos

RESUMO

O presente trabalho consiste numa síntese dos encontros ou aulas da disciplina “Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Para os alunos matriculados no programa de Pós-graduação os conteúdos ministrados tiveram valor de uma disciplina. Já para o público externo à UFPE foi oferecido na condição de curso. A disciplina teve uma carga horária de 45h e foi ofertada nos meses de setembro e outubro de 2021, estruturada em 09 encontros realizados via Google Meet. O texto é constituído por anotações críticas e reflexões a respeito da temática discutida em cada aula. Para uma melhor compreensão por parte do leitor e devido a relação entre alguns temas foi realizada uma junção dos mesmos, de forma que eles foram discutidos em um único tópico em vez de dois ou três. Isso fez com que o texto ficasse menos dividido em sua estrutura e mais coeso.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Capitalismo; Resistência; Organização Camponesa; Territorialidade.

PEASANT FAMILY FARMING AND THE CONSTRUCTION OF TERRITORIALITY

ABSTRACT

The present work consists of a synthesis of the meetings or classes of the discipline “Peasant Family Agriculture and Territorial Planning”, offered by the Graduate Program in Geography of the Federal University of Pernambuco – UFPE. For students enrolled in the Postgraduate program, the contents taught had the value of a discipline. As for the public outside UFPE, it was offered as a course. The discipline had a workload of 45 hours and was offered in September and October 2021, structured in 09 meetings held via Google Meet. The text consists of critical notes and reflections on the theme discussed in each class. For a better understanding by the reader and due to the relationship between some themes, a combination of them was carried out, so that they were discussed in a single topic instead of two or three. This made the text less divided in its structure and more cohesive.

Keywords: Family Farming; Capitalism; Resistance; Peasant Organization; Territoriality.

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA Y LA CONSTRUCCIÓN DE TERRITORIALIDAD

RESUMEN

El presente trabajo consiste en una síntesis de los encuentros o clases de la disciplina “Agricultura Familiar Campesina y Planificación Territorial”, ofrecida por el Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Pernambuco – UFPE. Para los alumnos matriculados en el programa de Posgrado, los contenidos impartidos tenían el valor de una disciplina. En cuanto al público externo a la UFPE, se ofreció como curso. La disciplina tuvo una carga horaria de 45 horas y se ofreció en los meses de septiembre y octubre de 2021, estructurada en 09 encuentros realizados vía Google Meet. El texto consta de notas críticas y reflexiones sobre el tema tratado en cada clase. Para una mejor comprensión por parte del lector y debido a la relación entre algunos temas, se realizó una combinación de los mismos, de modo que se discutieran en un solo tema en lugar de dos o tres. Esto hizo que el texto fuera menos dividido en su estructura y más cohesivo.

Palabras-clave: Agricultura Familiar; Capitalismo; Resistencia; Organización Campesina; Territorialidad.

INTRODUÇÃO

O descobrimento da agricultura como uma atividade de subsistência alimentar possibilitou ao homem a fixação na terra. O desenvolvimento dessa atividade se deu de forma gradual e sempre envolveu o trabalho familiar e/ou comunitário. A agricultura familiar é responsável pela produção de aproximadamente 70% da variedade de alimentos que chegam na mesa dos brasileiros. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários do nosso país pertencem a agricultura familiar. Essa atividade também é responsável por 23% do valor total da produção agrícola e ocupa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil (IBGE, 2017).

Dentro desse percentual de 77% encontram-se as terras pertencentes as comunidades tidas como tradicionais (quilombolas, indígenas, camponeses etc.). Essas comunidades são guardiãs de uma riquíssima herança de respeito para com a terra e tudo que nela é gerado. Para muitas pessoas, principalmente aquelas envolvidas mais diretamente com o capital, tais comunidades representam o atraso, o retrógrado simplesmente por defender valores e querer manter viva uma cultura que, no mundo capitalista, onde o dinheiro fala mais alto e tudo vira mercadoria, é inviável, se torna um obstáculo para o avanço do capital e de sua lógica devastadora que busca padronizar tudo conforme a necessidade do mercado.

No entanto, essas pessoas não são atrasadas, muito pelo contrário, são bem mais evoluídas que muitas civilizações. Pois compreenderam que não podem viver sem a terra e sem a natureza. Entenderam que devem preservar o meio em que vivem e não destruir. Que é seu o dever de manter em equilíbrio as ações do homem e o crescimento das florestas, os cursos dos rios etc. Abraçaram a terra e tudo que nela é gerado, tudo que ela encerra. Porque destruir ou causar danos ao meio ambiente é a mesma coisa que ferir a si mesmos. Dessa forma, esses indivíduos possuem uma ligação ímpar com a terra e com a natureza, uma relação que os define como ser, que os tornam específicos e ao mesmo tempo essenciais para a humanidade, símbolos da sustentabilidade e da vida.

A realidade vivida pelos agricultores familiares/camponeses é totalmente diferente da que vive o agronegócio, a começar pela própria lógica que rege a produção camponesa. A insegurança de ter ou não uma boa produção de alimentos em virtude de diversos fatores que podem comprometer sua plantação, a exemplo das questões climáticas (seca, chuva em excesso etc.) e a falta de recursos fazem parte da vida desses agricultores. Não ter a certeza de que os alimentos de seu plantio serão suficientes para suprir as necessidades alimentares da própria família ou se vai haver quem compre o excedente da produção agrícola, caso haja, é talvez a sua maior preocupação.

O camponês, sujeito que traz consigo grande significado e importância ao longo da história da humanidade, é portador de uma identidade singular que o espacializa e o define como ser. Ser camponês é, de fato, ter valores e costumes diferentes que os define e especifica, que constitui territórios e constrói uma territorialidade. Não basta ser camponês, é necessário se envolver com a causa, com a luta para continuar existindo enquanto classe. Segundo Haesbaert, podemos entender a territorialidade como um conceito que comporta os símbolos ligados a um certo território e ao sentimento de pertencimento que os indivíduos possam ter com ele. O camponês deixa marcas onde habita e cria símbolos em seu território, um exemplo disso é o seu próprio “modo de vida”.

No presente texto, tratarei sobre os encontros/aulas da disciplina “Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e ministrada pelos professores Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves (UFPE) e Dr. Sávio Rodrigues (UFMA). Cada encontro deu origem a uma síntese de uma ou duas aulas. O

texto é constituído por anotações críticas e reflexões a respeito da temática discutida em cada aula.

Por questões metodológicas, foi realizada a junção de temas semelhantes ou que tenham alguma ligação, de modo que, a discussão sobre os mesmos se deu em um único tópico. Isso fez com que o texto tivesse menos facetas e ficasse mais coeso e objetivo, facilitando a compreensão por parte de quem o ler. O primeiro tópico do texto, intitulado “Campesinato, territórios tradicionais e a Geografia dos povos indígenas” sintetiza a temática discutida em 3 aulas distintas (1º, 3º e 5º encontros, respectivamente), mas que trataram de temáticas que se integram em alguns aspectos e por esse motivo foi possível relacioná-las.

O segundo tópico trata sobre os conteúdos estudados no 2º e 7º encontros, onde se discute sobre os grandes projetos do capital, como esse capital explora a mão de obra nas áreas onde realizam tais projetos e por fim, sobre como tudo isso impacta negativamente a vida das famílias camponesas que muitas vezes se veem ameaçadas e obrigadas a sair de suas terras em virtude do avanço do capitalismo no campo. No entanto, essa saída não ocorre de forma tranquila pois os camponeses resistem e lutam por seus direitos.

O terceiro tópico sintetiza as discussões feitas no 4º e 8º encontros da disciplina, onde foi discutido sobre o Campesinato e sua ligação com a natureza, como a juventude pode contribuir nesse processo de luta e resistência dos povos do campo e também sobre a organização e autonomia camponesa. No quarto tópico, que reúne as reflexões feitas sobre as aulas de número 6 e 9, é abordado sobre as formas de produção camponesa, sobre como a fronteira do agronegócio tem se expandido e chegado às comunidades camponesas e como a agroecologia pode ser uma forma de (re) existência camponesa, visto que, que a produção de alimentos saudáveis é uma marca do campesinato.

Por fim, é importante frisar que a base principal que fundamentou esse trabalho foram as discussões e reflexões realizadas nas aulas da disciplina, algo que vai além da leitura de artigos e livros. As aulas contaram com a presença de convidados com os mais diversos graus de formação, alguns eram professores universitários ou da educação básica, outros eram representantes de comunidades tradicionais ou de entidades que atuam junto aos povos do campo na defesa de seus direitos. Considero a fala dessas

peças muito mais valiosas do que qualquer texto acadêmico, visto que, falam com propriedade por viverem essa realidade e serem participantes de todo o processo de luta e resistência camponesa. A conscientização de quem são e qual o seu papel nesse processo, essa identidade com a causa acaba produzindo uma territorialidade transcendente. Não é a terra pela terra, mas a terra pela vida.

CAMPESINATO, TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E A GEOGRAFIA DOS POVOS INDÍGENAS

O avanço do capitalismo provocou mudanças profundas na sociedade, nas estruturas produtivas e na forma de ver e conceber o mundo. Essas mudanças também chegaram ao campo e produziram embates teóricos no meio agrário. Essas discussões tinham como centro a estrutura agrária diante da lógica capitalista. Qual seria a nova ordem que regeria as relações de trabalho no campo? Quais os novos conceitos produzidos pelo sistema capitalista no meio rural?

A primeira aula do curso “Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial” teve como tema “Campesinato e questão agrária”. Nessa aula as discussões se fundamentaram na leitura do artigo “Cuando la agricultura familiar es campesina”, do professor Bernardo Mançano Fernandes. Esse artigo foi publicado no livro “Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos”, editado por Francisco Hidalgo, François Houtart e Pilar Lizárraga. Esse artigo foi o texto base das discussões.

O professor Bernardo Fernandes discute em seu artigo os conceitos de campesinato e agricultura familiar, assim como, a diferenciação entre agricultura familiar campesina e agricultura familiar capitalista. As explicações dos professores do curso buscaram integrar os conceitos teóricos à realidade vivida por muitas famílias no Brasil. Foi destacado, de modo particular, a situação das comunidades tradicionais e/ou camponesas do estado do Maranhão (MA). Podemos definir camponês como o trabalhador que vive no campo com sua família, que possui íntima ligação com a terra. A renda camponesa é produzida predominantemente pelo trabalho dos membros da família, de modo geral, no campo. O autor não vê diferença entre campesinato e agricultura familiar.

O termo agricultor familiar surgiu no Brasil na década de 1990 no âmbito das políticas públicas para substituir o termo agricultura camponesa. Fernandes (2014) evidencia que “Segundo essa história, o antigo camponês é um indivíduo que desenvolve uma agricultura incompleta, portanto não consegue conectar-se ao capitalismo.” Para a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), existe uma diferença conceitual entre os termos agricultura familiar e agricultura camponesa. Nessa perspectiva, o agricultor familiar seria aquele agricultor que consegue produzir para o capitalismo e integra-se a ele. Para Fernandes (2014), considerar o conceito de agricultor familiar como uma metamorfose do camponês carrega um caráter pejorativo: “Como se o camponês fosse um indivíduo atrasado, incapaz de dar conta das novas formas de produção”.

De acordo com Fernandes (2014), desde o primeiro livro publicado a respeito do paradigma da questão agrária, há mais de cem anos, o camponês é visto como um agricultor que depende das relações dominadas pelo sistema capitalista. “Esse agricultor, camponês ou familiar, não tem como tornar-se autônomo dentro do capitalismo justamente porque a lógica desse mercado é determinada pelas grandes empresas capitalistas,” explica Fernandes.

Segundo as considerações da FAO, agricultor familiar seria, conceitualmente, um produtor próspero. Essa definição, infelizmente, acabou por gerar o preconceito contra o termo camponês e contra o sujeito em si, considerado como incapaz de desenvolver-se e, portanto, pobre. Nesse artigo Fernandes não distingue agricultura familiar da camponesa, como destacado anteriormente. No entanto, ele faz uma ressalva: “A agricultura familiar em que tais agricultores vivem de trabalho assalariado converte-se em uma agricultura familiar empresarial”. Uma coisa é certa, tanto o agricultor familiar quanto o camponês, que eu particularmente considero ser o mesmo sujeito, possui uma íntima ligação com a terra, uma identidade e não seguem à risca as determinações do capitalismo. Mas buscam meios e formas de se reproduzir como classe, para assim continuar existindo, driblando as ideias de desenvolvimento defendidas pelo capital.

Apesar do avanço do capitalismo no meio rural brasileiro, ainda existem comunidades tipicamente tradicionais e camponesas que lutam para preservar o seu modo de vida e os valores que regem sua forma de produzir e comercializar seus bens.

É importante salientar que a economia camponesa tem uma lógica diferente e única. Essa relação entre o camponês e a terra deixa marcas no território onde a atividade campesina se desenvolve e predomina. Essa atividade é específica e demarca territórios segundo as ações e a realidade dessa classe de trabalhadores que vai além das definições e conceitos dados por Karl Marx e outros teóricos sobre o trabalho do camponês no sistema capitalista de produção.

Na terceira aula da disciplina foram apresentados alguns territórios tradicionais e camponeses do estado do Maranhão e discutido um pouco sobre a realidade vivida pelas famílias dessas comunidades frente ao avanço do capitalismo em seus territórios. A comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos é composta por cerca de 20 quilombos e é um exemplo desses territórios tradicionais. Na aula, contamos com a presença de Anacleta que é uma grande liderança da comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos e um exemplo de resiliência para todos. Em sua fala, Anacleta destacou a importância da espiritualidade na construção e proteção do território. “Somos corpos e espiritualidades”, exclamou.

Segundo Anacleta, o sentimento nos liberta para usar a oralidade, se faz necessário confirmar a nossa territorialidade. “Nós somos ascendentes e não descendentes de escravos. Santa Rosa como fonte de organização política e cuidado é sinônimo de afeto. Santa Rosa tem sido muito atacada, quem mata a terra está nos matando. Nosso corpo é terra e água”, destacou. Sobre os projetos do capital, ela disse que os territórios quilombolas estão sendo invadidos por empresas que defendem a realização dessas obras de infraestrutura com a prerrogativa de que trarão desenvolvimento para a região, são exemplos as atividades mineradoras e metalúrgicas. Muitos direitos foram retirados com a implantação de indústrias desse tipo, pois muitas atividades desenvolvidas nessa região submetem seus trabalhadores a condições análogas à escravidão. São verdadeiros projetos de desenvolvimento da morte, como frisou Anacleta.

As grandes empresas capitalistas fazem uso da narrativa que considera os territórios tradicionais camponeses como “territórios do atraso”. Essa é uma forma que o capital encontrou para justificar a implantação de suas ideias de desenvolvimento. Nesse discurso a agricultura camponesa seria um atraso, pois segura a terra para o desenvolvimento. Os empreendimentos capitalistas no campo veem o território apenas

como produção material, é simplesmente um meio de produção de onde se obtém os produtos agrícolas que são considerados mercadorias, pois a própria terra é vista como uma mercadoria. Esses projetos, na verdade, não trazem desenvolvimento algum para as famílias que vivem nesses territórios. Mas trazem quase sempre preocupações referentes ao futuro dessas famílias. “Cuidar da terra em si é cuidar da nossa territorialidade”, disse Anacleto.

Ainda seguindo esse mesmo eixo temático referente as comunidades tradicionais, na aula de número 5, intitulada “Geografia dos povos indígenas”, foi discutido um pouco sobre a história dos indígenas brasileiros, os desafios que enfrentaram no passado e as lutas que travam no presente com a finalidade de garantir um futuro. Sobre a atuação dos povos indígenas diante das invasões a seus territórios, o professor Avelar Júnior da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, um dos convidados desse encontro, destacou que os conflitos são constantes desde a colonização. Os povos indígenas são como que sustentáculos da natureza, verdadeiros garantidores da sustentabilidade e, de um modo geral, da preservação da própria vida em nosso planeta, são essenciais para a sobrevivência da humanidade.

Desde a colonização até os dias atuais os indígenas são ameaçados pelo sistema vigente em cada época, que buscou e busca dominá-los a qualquer custo nem que seja preciso exterminá-los. Isso aconteceu em nosso país, milhares de índios foram mortos pelos colonizadores. A cultura desses povos é uma forma bastante utilizada no processo de dominação e tem como objetivo fazer com que o índio perca sua identidade. Hoje, há uma continuação da colonialidade. O sistema capitalista com toda a sua influência no meio social e visando sempre a reprodução de seus ideais, tem promovido através de políticas governamentais o “integracionismo” dos povos indígenas à sociedade. Na verdade, esses povos têm sido expulsos de suas terras originais, muitas vezes por conta da grilagem.

Os indígenas lutam até hoje pela terra que a eles desde sempre pertenceu antes mesmo da colonização portuguesa. A luta é por território para a reprodução física de sua cultura. Eles querem manter viva a cultura que receberam de seus antepassados. Vislumbram o território como a compreensão do ser, como sinônimo de identidade. Compreender-se como índio é estar ligado a terra e ao território. Aqui a contribuição da geografia é salutar, ninguém melhor para discutir a questão do território do que nós

geógrafos. A noção de território está ligada a relações de poder. No caso dos índios não é diferente, eles eram os soberanos de suas terras antes da chegada dos portugueses. No final, tudo se resume a um estilo de vida, onde ser índio é estar ligado a sua cultura e ancestralidade que se consolidaram em porções de terras específicas que diante da atuação do índio se tornaram territórios.

Segundo Lucca Muypurá, índio do povo Anapuru Muypurá do Maranhão, o silenciamento dos povos tradicionais originais é uma realidade. A tentativa de fragmentação da luta através da mudança de espaço dos índios (cidade, espaço urbano, aldeias) tem sido constante. Eles tentam tirar a identidade dos índios – língua, locais onde habitam etc. O sistema tem feito uso da fragmentação interna: dominar para dividir. A maior força do sistema colonial é colocar o indígena contra ele mesmo, colocam um índio contra o outro. É uma arma utilizada para minar a resistência e a luta dos povos originários. Falando sobre o canibalismo, Lucca disse que “é preciso comer a branquitude e cuspi-la como um sinal, para mostrar a vitória, para mostrar que vencemos a luta”.

Atualmente tem acontecido movimentos que visam a aliança entre os povos indígenas, quilombolas e camponeses de uma forma geral na organização de ações de defesa de seus direitos, do direito à terra que é a grande causa que os une. Pois todos esses povos tem uma ligação com a terra que os diferencia dos demais, a exemplo dos grandes latifundiários e capitalistas rurais. Esses povos estão em constante retomada. Os empreendimentos capitalistas veem os ideais dos povos tradicionais como retrógrados e utópicos. Segundo Hemerson, que faz parte do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, “utopia é tentar manter esse estilo genocida que impera no Brasil”.

GRANDES PROJETOS, EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E RESISTÊNCIA CAMPONESA

A segunda aula do curso abordou a seguinte temática: “Grandes projetos e formas de resistência camponesa”. Discutiu-se sobre os grandes projetos de infraestrutura custeados pelo capitalismo em algumas regiões do nosso país com o intuito de aumentar sua presença nessas áreas e também de ampliar ainda mais o capital,

através dos bens produzidos por tais projetos. Foi abordado ainda nesse encontro sobre o avanço do agronegócio nas regiões conhecidas como “fronteira agrícola”.

As discussões foram norteadas pelo texto “Los megaproyectos desde una geografía crítica”, de Maria Ibarra Garcia. Esse texto traz conceitos e prerrogativas sobre os megaprojetos que vêm se desenvolvendo no México e em outros países da América Latina. No texto, que é parte do livro “Megaproyectos em México: uma lectura crítica”, (2016), Maria Ibarra faz uma análise desses “projetos do capital” a partir de uma visão crítica e geográfica do mundo e dos acontecimentos recentes. Há ainda a problemática que envolve o avanço de tais projetos em territórios camponeses e tradicionais.

No contexto brasileiro foi mencionado o grande projeto da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que foi construída para realizar o escoamento de minério de ferro e bauxita extraídos da Serra dos Carajás (Pará). Essa estrada corta vários municípios e tem seu fim no complexo portuário de Itaqui, na ilha de São Luís (Maranhão). Só no estado do Maranhão essa ferrovia corta 21 municípios. Em seu percurso no estado do Maranhão a Estrada de Ferro Carajás passa pelo território de algumas comunidades tradicionais (comunidades quilombolas, aldeias e comunidades camponesas) que não se beneficiam em nada desse grandioso projeto do capital, muito pelo contrário, essas comunidades perderam terras e tiveram muitos de seus recursos naturais atingidos diretamente por essa obra como a poluição de rios e riachos, o desmatamento de algumas áreas e até o esgotamento de recursos hídricos.

As comunidades tradicionais do Maranhão afetadas pela EFC têm se organizado e formado grupos e movimentos de resistência às investidas do capital em seus territórios. Essas investidas são cada vez mais frequentes e nocivas. O quilombo Santa Rosa dos Pretos e Piquiá de Baixo são exemplos de comunidades atingidas pela Estrada de Ferro Carajás. Evidenciou-se ainda os projetos de avanço da fronteira agrícola nos estados da região Nordeste, de forma mais específica, os avanços que vêm ocorrendo no Maranhão, áreas destinadas a plantação de soja. Esses projetos desconsideram totalmente a legislação ambiental, o desrespeito para com a natureza é sem precedentes (desmatamentos, contaminação de rios etc.), e a falta de sensibilidade para com as comunidades tradicionais que se encontram nessa rota é absurda.

A maneira como o capitalismo busca desestabilizar e fragmentar os grupos tradicionais e todos que se encontram internos aos seus ideais é muito diversificada. Muitos jovens do estado do Maranhão e de outros estados do Brasil vêm sendo atraídos por “boas ofertas de trabalho” em setores agrários, a exemplo das grandes propriedades rurais (fazendas). No entanto, essas oportunidades de emprego são farsas e acabam por fazer com que os que buscam essas vagas contraíam dívidas impagáveis. É uma fraude onde os proprietários de terras buscam através de empreiteiros conseguir “mão de obra socialmente vulnerável” para assim poder explorá-la. Esses trabalhadores acabam por adquirirem grandes dívidas, oriundas do transporte que o levou até a fazenda e acertos finais. E isso justifica a exploração exacerbada desses trabalhadores.

A respeito das razões que levam a utilização do trabalho escravo no final do século XX e no limiar do século XXI, Ricardo Rezende Figueira destaca em seu artigo *Por que o trabalho escravo?*

A escravidão contemporânea no Brasil não se respalda mais em justificativas religiosas, em noções científicas elaboradas por sábios naturalistas, nem no direito de reembolso dos custos de uma guerra justa e declarada entre príncipes. Ela se justifica pela existência de uma dívida, contraída pela vítima por transporte até o local do trabalho e gastos na compra de alimentos e ferramentas de trabalho na cantina do próprio empreiteiro, de um seu preposto, ou da própria fazenda. Contudo, esse é o lado aparente. O lado visível, que muitas vezes convence não só a sociedade circundante, próxima ao fato, mas até mesmo sindicalistas ou as próprias vítimas. (FIGUEIRA, 2000, p. 35)

Linalva Cunha Cardoso Silva, membra da Comissão Pastoral da Terra – CPT do Maranhão foi a convidada do encontro que tratou sobre a exploração do trabalho em áreas onde o capital está realizando grandes projetos de expansão. Ela apresentou alguns projetos que vêm sendo desenvolvidos em comunidades dos municípios de Codó e Timbira que visam combater a exploração do trabalho no Maranhão. Linalva mostrou algumas ações feitas pelo projeto Raice (Rede de Ação Integrada de combate à Escravidão) que está diretamente ligado a CPT. “Esse projeto tem o desejo de romper com o trabalho escravo que vem explorando a mão de obra de trabalhadores oriundos do campo (assalariados rurais)”, destacou Linalva. O Raice trabalha com comunidades em área de conflito com os empreendimentos do capital, que muitas vezes explora a mão de obra de jovens rurais que por falta de conhecimento ou desejo de sair do campo

e ter melhores condições de vida se submetem a realizar trabalhos exploratórios que o levam a uma condição de “escravos do século XXI”.

O texto escrito pelo professor Sávio José e mais dois de seus alunos do \curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, intitulado “Modernização do território e trabalho escravo contemporâneo no caminho da Estrada de Ferro Carajás”, denuncia a existência do trabalho escravo contemporâneo nos corredores do desenvolvimento que engloba os grandes projetos desenvolvimentistas no estado do Maranhão. O professor Sávio destaca o trabalho escravo no caminho da Estrada de Ferro Carajás:

A região formada pelos 23 municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás ou sob influência direta desse empreendimento corresponde aos municípios que mais enviam trabalhadores resgatados de trabalho escravo. É 11 possível constatar, com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra, que a quantidade de trabalhadores resgatados do trabalho escravo oriundos de municípios cortados pela EFC ou que tenham atividades de mineração é alto, tornando-a a principal região emissora. (RODRIGUES et al, 2020, p. 125)

Segundo Sávio (2020), o trabalho escravo aparece, a priori, como uma contradição da forma de reprodução desses grandes empreendimentos, em que desenvolvimento e modernização caminham juntos. O professor ressalta que nesse sentido o trabalho escravo pode ser entendido como uma forma necessária para a reprodução do modo de produção capitalista perpassando as estratégias de saída de suas crises, além da teoria do valor. Conclui a síntese desse encontro com uma frase da Linalva Cunha Cardoso que chamou minha atenção e que, muitas vezes, justifica a saída do jovem do campo para trabalhar em empreendimentos capitalistas, visando alcançar seus anseios: “O jovem quer juntar dinheiro para comprar uma moto. Já o seu pai quer dinheiro para a alimentação da família”.

ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA DOS POVOS DO CAMPO E O PAPEL DA JUVENTUDE

O camponês foi desde sua origem considerado um ser a parte, uma classe fora dos muros da normalidade e da civilização. Diferente de todas as classes, o camponês

buscou desde sempre sua autonomia no meio rural. Ele sempre desempenhou um papel importante em todas as sociedades, no entanto, nunca foi exaltado ou prestigiado. O camponês era responsável por produzir praticamente todos os alimentos que consumia. Nem sempre foi conhecido por esse nome, mas com o surgimento do Feudalismo o termo camponês passou a designar uma classe de trabalhadores muito explorada nesse modo de produção e que tinha um forte vínculo com a terra. O nome camponês passa a identificar esses trabalhadores do campo e carrega consigo grande significado: questões de identidade e um modo de vida próprio.

Algo muito importante nesse processo de autonomia dos povos do campo é o “saber quem sou”, o que alguns teóricos denominaram como consciência de classe. Esse “saber quem ele é” leva o camponês a se organizar e buscar sua autonomia. Sobre esse assunto, Lenora Rodrigues da CPT do Maranhão e o professor Francisco Amaro da Universidade Federal do Ceará – UFC, convidados dessa aula, evidenciaram que “o conhecimento de quem somos nos fortalece e nos motiva na busca da autonomia”. Nesse aspecto, tem sido muito importante a organização dos povos do campo e o engajamento dos mesmos em movimentos sociais que defendem e buscam essa autonomia. Essa luta passa a ser obrigatoriamente a luta pela terra e pelo território. Pois é da terra que o camponês vive e é no seu território que ele tem sua autonomia confirmada e garantida.

A resistência tem sido forte na organização dos territórios tradicionais e/ou camponeses contra as investidas do capital, do agronegócio. Nesse processo de avanço do capitalismo no campo tem se notado a cooperação do Estado para com os investimentos do capital. Uma aliança perversa que, muitas vezes, acaba por desintegrar e fragmentar os povos tradicionais. Os povos do campo são defensores e porta-vozes de si mesmos, se organizam para defender seus ideais e seus territórios. É evidente que o avanço das empresas do agronegócio e de fazendeiros ameaça a soberania e autonomia das famílias camponesas que vivem nesses territórios disputados. Mas as comunidades estão se organizando contra tudo isso. Pois é impossível falar de camponês sem colocar em evidência sua íntima relação com a terra.

Segundo o professor Francisco Amaro, os povos tradicionais (indígenas) são organizados, sempre foram. Um exemplo claro disso é a atuação dos índios caceteiros no estado do Amazonas. Eles pertencem a etnia Korubo e são conhecidos como

caceteiros por fazerem uso de armas feitas de madeira, chamadas de bordunas. Eles têm um domínio enorme das bordunas e sempre as usam em seus ataques ou quando são atacados por outras tribos ou por fazendeiros e caçadores ilegais. Essa foi a forma que eles encontraram para se, e a fazem muito bem.

Discutindo sobre a realidade dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos etc.) do Ceará, o professor Amaro disse que o Ceará é, talvez, o estado mais perverso, preconceituoso e racista do Brasil. Foi um estado perverso com o negro, defendeu políticas de embranquecimento do Afro-brasileiro. Ele frisou ainda que a Lei Áurea foi uma falsa abolição da escravidão. Na verdade, foi uma abolição meramente burocrática, forçada pelas determinações do modo de produção capitalista que necessitava de trabalhadores assalariados que pudessem consumir (comprar) os bens produzidos pelas indústrias e demais empreendimentos do capital.

As quebradeiras de coco babaçu são mulheres que vivem da quebra dos frutos da Palmeira de babaçu e são figuras marcantes no estado do Maranhão. São exemplos de mulheres que vivem da atividade extrativista e fazem parte do grupo de pessoas que vivem em comunidades tradicionais e camponesas na região do Médio Mearim (MA). Essas mulheres sofreram e ainda sofrem com a repressão ao acesso às palmeiras de babaçu para coletar as castanhas. Elas se organizaram ao longo do tempo em cooperativas e organizações e resistem à lógica capitalista no campo. São verdadeiras guerreiras!

Para o agronegócio a terra é vista somente em seu aspecto econômico, como um meio de se obter lucro a partir da produção de determinados bens. Já os camponeses ou agricultores familiares têm uma visão diferenciada e não enxergam a natureza distante de si mesmos. Eles possuem uma ligação profunda e íntima com a terra, de modo que, para essa classe de trabalhadores, a terra é mais do que o local onde se planta e se trabalha. Terra é sinônimo de vida. É da terra que eles tiram o seu sustento e o de sua família, “o pão de cada dia” e, é nesse lugar, próximo da natureza e da terra que os agricultores familiares se sentem felizes e completos. De modo que muitos se autodeclaram agricultores porque “vivem da terra”.

As discussões acerca das quebradeiras de coco babaçu e o papel da juventude na luta em defesa dos ideais camponeses foi o tema do quarto encontro do curso, que contou com a presença da professora da Universidade Federal do Maranhão - UFMA,

Prof.^a Dr.^a. Roberta Batista de Figueiredo e também da professora e líder comunitária Áurea Alves, da Comunidade Ludovico (Lago do Junco - MA). A Comunidade Ludovico é uma comunidade tradicional camponesa onde a atividade das quebradeiras de coco babaçu é uma das principais fontes de renda das famílias que residem nessa comunidade. A própria Áurea é filha de quebradeira de coco babaçu e atua como professora em escolas rurais da região. Tanto Roberta quanto Áurea falaram um pouco sobre suas experiências junto às quebradeiras de coco babaçu.

As quebradeiras de coco babaçu da região do Médio Mearim (MA), hoje fazem parte de cooperativas e associações como a ASSEMA, COPPALJ e AMTR. São organizações que planejam e realizam ações de fortalecimento da atividade das quebradeiras de coco babaçu. As mulheres que vivem dessa atividade possuem uma identidade com o modo de vida das quebradeiras de coco. A palmeira babaçu é considerada uma “mãe” para essas mulheres. A criação de associações e cooperativas foi uma forma que as quebradeiras encontraram para continuar com essa prática que vai além de uma simples atividade de coleta, quebra e processamento da amêndoa do babaçu. Unidas elas têm mais força e voz para dizerem não as investidas dos grandes latifundiários que no passado já tentaram impedir a coleta do coco babaçu em suas terras.

A professora Áurea Alves evidenciou que cresceu nessa realidade e falou que na década de 1980 o babaçu foi preso e a área de coleta foi cercada pelos grandes proprietários de terra que representam a elite capitalista no meio rural. Muitas palmeiras foram derrubadas para dar lugar às plantações de capim no processo de expansão da pecuária e da fronteira agrícola. Nessas áreas fronteiriças os conflitos entre povos tradicionais e os capitalistas agrários são constantes. No passado muitos trabalhadores rurais foram assassinados por defenderem seus territórios e por lutar pelo direito de permanecer na terra e cultivá-la. Alguns foram presos injustamente, outros tiveram suas casas derrubadas por tratores e máquinas.

A juventude que vive nessas áreas de conflito e resistência não se encontra avulsa a essa realidade, mas está organizada e participa ativamente das atividades desenvolvidas pelas associações e cooperativas. Áurea destaca que a Igreja Católica desempenhou e desempenha um papel importante no apoio a causa dessas famílias tradicionais no estado do Maranhão. Muitos Grupos de Jovens (grupos de oração)

acabaram se transformando em associações e/ou organizações que passaram a discutir sobre a permanência da juventude no campo e geração de renda pela juventude rural. Os grupos passaram também a realizar ações que visam o fortalecimento institucional das organizações da juventude rural e a formação sócio-política desses jovens.

“O extrativismo é uma necessidade para essas famílias. Diante de toda essa conjuntura a luta deixa de ser pelo babaçu e passa ser luta pela terra que vem sendo invadida”, disse Áurea. Hoje, existem leis que proíbem a derrubadas das palmeiras babaçu e garantem a livre circulação das quebradeiras de coco babaçu entre as grandes propriedades para coletar as castanhas. “Quebradeira de coco é todo mundo que luta pelos direitos das quebradeiras de coco babaçu”, concluiu Áurea.

FORMAS CAMPONESAS DE PRODUÇÃO, FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO E A AGROECOLOGIA COMO (RE) EXISTÊNCIA CAMPONESA

Sobre a organização e produção camponesa, Chayanov (1974) explica que:

Na agricultura camponesa, a família é o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, a compreensão do funcionamento das unidades econômicas camponesas pressupõe a análise do modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção de uma situação de equilíbrio, vital para garantir sua reprodução social. A avaliação subjetiva da família, portanto, é decisiva para definir o "grau de auto exploração" das unidades econômicas camponesas no que se refere ao volume da atividade agrícola, à intensidade do trabalho e ao destino da produção. Tal avaliação tem como referência a manutenção do balanço entre trabalho e consumo. (CHAYANOV, 1974, p. 39)

A realidade vivida pelos agricultores familiares (camponeses) é totalmente diferente da que vive o agronegócio, a começar pela própria lógica que rege a produção camponesa. A insegurança de ter ou não uma boa produção de alimentos em virtude de diversos fatores que podem comprometer a lavoura, a exemplo das questões climáticas (seca, chuva em excesso) e a falta de recursos faz parte da vida desses agricultores. Não ter a certeza de que os alimentos de seu plantio serão suficientes para suprir as necessidades alimentares da própria família ouse vai haver quem compre o excedente da

produção agrícola, caso haja, é talvez a sua maior preocupação. Pois é a venda desse excedente agrícola que garante a aquisição de uma renda, utilizada para comprar aquilo que o camponês não produz em sua terra.

O campesinato possui uma grande diversidade. Diante do avanço do capital no campo o camponês busca se reinventar e diversificar sua forma de produzir para continuar sendo camponês e não perder sua identidade. O capitalismo busca de todas as formas integrar o campesinato à sua lógica de produção e consumo. No entanto, é importante salientar que o camponês, com seu estilo de vida próprio, através da sua produção não visa o lucro como os empreendimentos capitalistas. Mas visa a aquisição de uma renda que é transformada em produto ou mercadoria. Essas mercadorias correspondem a tudo aquilo que o camponês não consegue produzir ou cultivar em suas terras.

As características destacadas acima concedem ao camponês certa autonomia. Porém, o Estado vê o campesinato como integrado ao mercado e considera que esse campesinato não tem nada de desenvolvimento. Dessa forma, ele busca incorporar as áreas tidas como “não nacionais” à civilização. É uma incorporação imposta pelo capitalismo que vê os índios, quilombolas e demais camponeses como atrasados em sua forma de organização social e produtiva. Mas eles não são atrasados coisa nenhuma, apenas não seguem as mesmas ideias de desenvolvimento que o capital. Está em curso um processo de homogeneização das relações sociais e de transformação da natureza ao molde capitalista. Faz parte desse processo a invisibilização e domesticação do camponês e demais povos tradicionais. É uma continuação da colonização que promove um novo ordenamento.

A fronteira do agronegócio não é uma mera fronteira agrícola. Mas evidencia fronteiras entre modos distintos de produzir. É também uma fronteira entre modos de pensar e ver o mundo. É a fronteira da agricultura moderna, fronteira que, segundo o capital, separa a “civilização da barbárie”. Aqui se nota as divergências da produção do território: territórios do mercado, territórios do fazer/ser. Na América Latina e no Brasil essas áreas de fronteira se encontram num estágio de movimento constante (expansão), marcado por conflitos e lutas étnicas e sociais.

Essa é a realidade em vários estados brasileiros, inclusive estados da região nordeste do Brasil. Se antes acreditava-se ser impossível desenvolver grandes atividades

agrícolas no nordeste em virtude de suas especificidades climáticas e afins, hoje o agronegócio já se faz presente na região em decorrência da expansão da fronteira agrícola, que já chegou no sul dos estados do Maranhão e Piauí e no sudoeste da Bahia. Juntamente com o estado de Tocantins essas áreas citadas formam o que no agronegócio se convencionou chamar de MATOPIBA, uma região produtora de grãos, principalmente de soja.

Os camponeses buscam formas de continuar resistindo e existindo. A produção agroecológica é hoje umas das alternativas que os camponeses encontraram para continuar existindo e assim perpetuar seu modo de vida, que diverge totalmente do estilo defendido pelo capitalismo, que usa exageradamente agrotóxicos e fertilizantes para aumentar a produção de hortaliças, verduras e afins. Em seu artigo intitulado “Espaço Agroecológico e Comercialização: experiências pioneiras no estado de Pernambuco”, Mônica Cox, professora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE fala um pouco sobre as primeiras experiências de comercialização de produtos agroecológicos em Pernambuco. A iniciativa surgiu de agricultores do município de Bom Jardim.

Sobre a geração de excedentes da produção agroecológica e sobre a comercialização do mesmo, Mônica discorre:

Com a geração de excedentes na produção agroecológica, cogitou-se a possibilidade de comercializar os excedentes. Seria necessário a construção de um mercado alternativo com princípios distintos do convencional. A criação de um canal de comercialização, e a utilização da feira como estratégia foi uma reivindicação dos próprios agricultores, que deveriam obter uma fonte de renda para o sustento de suas famílias e para a própria manutenção do sistema Agroflorestal que foi implementado. (BRAZ, PEREIRA, 2019, p. 259).

Na sua fala, no último encontro do curso, a professora Mônica Cox apresentou os benefícios e o papel da agroecologia na atualidade, visto que cada vez mais a agricultura tem se transformado num setor de consumo de bens industriais produzidos em condições monopolistas e em produtor de bens agropecuários cada vez mais colocados como matérias-primas para as indústrias de processamento alimentar e cada vez menos como produtos in natura para a mesa do consumidor. Ela frisou que a agroecologia tem múltiplas dimensões: ecológica, social, política, étnica. A população está começando a entender o que é comida de verdade e a valorizar a produção

sustentável e livre de agrotóxicos. É um processo de conscientização que vem acontecendo lentamente.

Dentre os papéis destacados, estão: conserva, recupera os solos, os agroecossistemas, a saúde da natureza e tem maior grau de resiliência. A agroecologia também pode produzir mais e alimentar o mundo (campo/cidade). Mas para isso ela necessita de políticas públicas que a apoiem enquanto uma agricultura familiar camponesa. Essa condição garante a organização dos agricultores e o cultivo de produtos saudáveis para o consumo da população. A agroecologia, a partir do passado, semeia valores no presente e constrói o futuro. A produção agroecológica já é uma realidade em vários estados brasileiros.

No estado de Alagoas, mais especificamente, no município de Igaci existe a Associação de Agricultores Alternativos – AAGRA. A própria associação se define como “Uma organização de agricultores familiares residentes em comunidades rurais do território do agreste alagoano, com sede no município de Igaci, fundada em 1989. Somos ALTERNATIVOS ao sistema de produção do capital, aos valores e princípios capitalistas, nossa ALTERNATIVA é a construção de um sistema de produção onde o trabalho seja mais importante que o capital; o ser humano mais importante que o sistema financeiro; e a natureza, mais que as máquinas.” A AAGRA é uma alternativa aos agricultores familiares/camponeses que não se renderam às investidas do capital, é uma forma de (re) existência camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de agricultura familiar camponesa não é somente discorrer a respeito de um modo distinto de manusear a terra e de produzir. Discutir sobre o campesinato não é só falar que a mão de obra empregada nesse tipo de empreendimento rural é, predominantemente, a mão de obra da própria família, num serviço que exige a autoexploração da força de trabalho dos membros da unidade camponesa, que diferente da agricultura capitalista, visa em primeiro lugar a subsistência da família e não o lucro.

É importante ressaltar que a agricultura familiar camponesa é muito mais que isso, configura-se num modo de vida próprio, pautado numa identidade e integração

com a terra, que não é vista como um meio de produção simplesmente, mas como sinônimo de vida, como sentido da existência desse povo. A terra define o camponês, de modo que, ele só é camponês se estiver em contato com a terra, no campo. Pois é impossível falar de camponês sem colocar em evidência sua íntima relação com a terra.

Adentrar nas questões do campo, da agricultura familiar camponesa e da territorialidade, partindo da concepção de que as comunidades tradicionais são essenciais para a manutenção da vida em nosso planeta porque vivem de forma harmoniosa com a natureza, se veem como parte dela, me fez conhecer mais de mim mesmo. Sou filho de pequenos agricultores familiares e estudar tais temáticas é como que ouvir minha história sendo contada por outras pessoas. Na verdade, essa história é a realidade de milhões de brasileiros. História de luta e resistência, bravura de um povo que só quer viver em paz em suas terras, com seu estilo de vida simples, porém rico de significado, com seus valores, crenças e tradições.

REFERÊNCIAS

BRAZ, M. I.; PEREIRA, M. C. B. **Espaço Agroecológico e Comercialização: experiências pioneiras no estado de Pernambuco**. Campo.Território , v. 14, p. 257-268, 2019.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, Argentina. 1974.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Cuando la agricultura familiar es campesina**. In: HIDALGO F., Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA A, Pilar. ed. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos** / 1.^a ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 14 (38), 2000.

IBARRA GARCIA, Maria.V. **Los megaproyectos desde una geografía crítica**. In: IBARRA GARCIA, M.V.; TOLLEDOS SÁNCHEZ, E. (Coords.). **Megaproyectos em México: uma lectura crítica**. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo. **Territorialidade e Resistência: práticas espaciais criando novas regras de uso do território no extrativismo do babaçu.** Anais do 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montvieu - Uruguay. Caminando em una América Latina en transformacion Montevideo: Unversidade de Montevideu, 2009.

PEREIRA, M. C. B.; BARBETTA, P.; DOMINGUEZ, D.; PESSOA, K. **Neoliberalismo y Cuestión Ambiental: entre la crisis ecológica y la ruptura paradigmática.** REVISTA DE LA CARRERA DE SOCIOLOGÍA. ENTRAMADOS Y PERSPECTIVAS, v. 08, p. 333-359, 2018.

Quem somos? **Associação de Agricultores Alternativos – AAGRA:**

<<[<>](https://associacao-de-agricultores.negocio.site/)>>. Acessado em: 14 nov. 2021

RODRIGUES, Sávio José Dias; PALHANO, Jairo Eduardo; SOUSA, Jefferson Carlos Carvalho. Modernização do território e trabalho escravo contemporâneo no caminho da estrada de ferro Carajás. **Revista Geonordeste.** São Cristovão, Ano XXXI, n. 1, p. 111-130, Jan./Jun. 2020

TOMIASE, Eliane. **Território e campesinato: da teoria à práxis.** Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (1): 199-211, jul./dez., 2008

Adre de Lima Santos

Técnico em Edificações pelo Instituto Federal de Alagoas - IFAL. Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Estudos Agrários e Regionais (NEAR/UNEAL).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8344-6240>

Email: adre@alunos.uneal.edu.br

Artigo recebido em 17/06/2022 e aceito em 14/12/2022